Montepio

ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

PROGRAMA DE AÇÃO

E

ORÇAMENTO

PARA 2014
ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração ........................................... 1

Contexto Económico e Social .................................................................................. 2
Síntese do Exercício de 2013 .................................................................................. 3
Programa de Ação e Orçamento para 2014 .............................................................. 4
Balanço ................................................................................................................. 6
Demonstração de Resultados .................................................................................... 7
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Aos Exmos.(as.) Associados(as) do Montepio Geral

De acordo com o disposto nos Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista, o Conselho de Administração apresenta à aprovação da Assembleia Geral o Programa de Ação e o Orçamento da instituição para 2014, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal.

O quadro de dificuldades e incertezas que define a atual situação económico-social do país tem-se revelado um grande desafio para todas as instituições, ao qual o Grupo Montepio não tem sido alheio. Tendo em conta a sua missão e valores subjacentes, bem como o universo das suas entidades, o Montepio tem procurado as respostas adequadas aos desafios e prosseguido o desenvolvimento da sua atividade ao serviço dos associados e da sociedade, consolidando a sua condição de entidade privada de utilidade pública.

O presente documento de gestão evidencia a importância da Associação Mutualista como referência nacional, graças à sua dimensão, âmbito e perfil de atividade e ao seu desempenho, com um significativo aumento da base associativa, crescimento dinâmico, diversificado e sustentado.

Na prossecução da sua missão de criar valor para o Associado e concretizar as finalidades mutualistas, a Associação Mutualista, tem-se destacado na oferta de modalidades de fomento à poupança para precaução e de previdência complementar e cobertura de riscos, à qual tem acrescido uma diferenciadora oferta de produtos e serviços, na área da saúde e equipamentos sociais.

O Grupo Montepio, em que a Associação Mutualista constitui o centro estratégico, apresenta atualmente um conjunto alargado e diversificado de entidades fruto da expansão recente, cuja oferta permite satisfazer necessidades muito abrangentes tanto na área bancária, financeira como de serviços de saúde. O prolongamento da crise e os seus impactos negativos nas condições de exploração de alguma entidades do Grupo acentuam os desafios e impõem novos desenvolvimentos, num quadro de maior inter-relação entre as diversas entidades, para reforçar a complementaridade estratégica e criar vias de capitalização e valorização futuras.

O Programa de Ação que propomos desenvolver em 2014 visa continuar a assegurar a via dinâmica de crescimento e fidelização da base associativa, através do desenvolvimento da oferta mutualista nos domínios da proteção complementar, saúde, bem-estar e equipamentos sociais, da otimização dos recursos e a conclusão dos trabalhos de reorganização e realojamento funcional do Grupo que possibilitem maior reforço das capacidades de gestão dos riscos e do controlo interno, com vista a obter maior flexibilidade funcional e eficiência.

Caro(a) Associado(a) para que este programa se concretize é fundamental a sua participação, a sua vinculação e fidelização, pois que é em si e para si que se centra a nossa ação, o nosso esforço e dedicação.

Como sempre, continuaremos a contar consigo!

Apresento-lhe os melhores votos nesta quadra natalícia e que 2014 seja um ano pleno de saúde, motivação e sucessos pessoais e profissionais, de que o Montepio se orgulhará, porque há valores que crescem consigo.

Presidente do Conselho de Administração
A continuidade do processo de ajustamento da economia portuguesa marcou o contexto econômico e social em 2013, o qual se deverá manter no próximo ano.

A prossecução do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), negociado com a Troika, para vigorar até junho de 2014, que implica a adoção de medidas exigentes de consolidação orçamental e de desalavancagem do setor financeiro e privado, tem tido impactos negativos significativos no âmbito da atividade econômica e ao nível do emprego.

O enquadramento internacional desfavorável, marcado pelo fraco nível de crescimento econômico mundial e pela contração da zona euro, também se tem refletido na evolução da economia portuguesa, por via da pressão sobre a procura externa e do esforço adicional de adaptabilidade das empresas portuguesas ao desenvolvimento das restantes economias. As recentes estimativas para 2013 apontam para uma nova contração econômica, de -1,7% do Produto Interno Bruto (PIB), por via, sobretudo, da redução do consumo público e privado e da queda verificada no investimento, com o consequente impacto ao nível do mercado do trabalho. A taxa de desemprego deverá atingir níveis históricos máximos, em cerca de 17%.

No entanto, os últimos indicadores macroeconómicos sugerem que se poderá estar a formar um ponto de recuperação gradual da economia, dado que, no 2º trimestre de 2013, o PIB registou um aumento do volume em cadeia de 1,1% face ao trimestre anterior. Destaca-se a evolução das exportações, fruto da diversificação dos destinos geográficos e do crescimento das economias emergentes.

As previsões para 2014 apontam para uma recuperação da atividade econômica, embora o ritmo seja ténue, de apenas 0,4%. Estima-se uma evolução positiva do investimento, de 1,3%, em parte por via da redução da carga fiscal sobre as empresas, e de uma menor retração do consumo privado, de menos 1,8 p.p., face ao ano anterior, não obstante a pressão existente sobre o rendimento disponível das famílias.

A manutenção do processo de ajustamento da economia portuguesa decorrente da consolidação orçamental no âmbito do PAEF, a severidade das medidas de austeridade ainda necessárias, para os objetivos de ajustamento orçamental, refletidas no Orçamento do Estado para 2014, traduzem um cenário de persistência dos riscos.

As dificuldades no cumprimento das metas de consolidação orçamental, com um objetivo de défice público de 4% para 2014, implicam um conjunto de medidas excecionais relativas à redução da despesa pública. Entre outras medidas, refira-se a redução da abrangência e dos montantes das reformas e das prestações sociais, a convergência do regime de pensões dos setores público e privado e respetiva harmonização no valor das pensões, o aumento da idade da reforma, através da alteração da fórmula que ajusta o aumento da esperança de vida por via do fator de sustentabilidade, a redução da despesa pública em saúde e cortes em benefícios fiscais.

O quadro demográfico português tem-se caracterizado por um acentuado envelhecimento populacional, com a diminuição dos nascimentos e também dos óbitos e o aumento da esperança média de vida, o que se tem traduzido num maior número de idosos dependentes por cada pessoa em idade ativa. A introdução do fator de sustentabilidade, com a futura alteração à lei de bases da Segurança Social, vem ajustar a idade da reforma de acordo com a evolução da esperança média de vida e permitir a sustentabilidade do pagamento das pensões.

A continuação do programa de reformas estruturais e a respetiva perceção, pelos mercados financeiros, da diminuição do risco associado à dívida soberana, encontra-se na base da previsão de diminuição das yields das Obrigações Portuguesas de longo prazo, e poderá possibilitar o regresso gradual, numa base sustentável, aos mercados de dívida em 2014.

O aprofundamento das medidas de consolidação orçamental para cumprimento dos objetivos para o défice e para a dívida pública têm vindo a diminuir as capacidades do Estado nos domínios da proteção social e de previdência, na prestação de cuidados de saúde e de educação, o que constitui uma oportunidade para as entidades que operam na prestação de serviços nessas áreas.

Mas, o difícil contexto sócio-económico e de mercado, caracterizado por uma elevada taxa de desemprego e pela redução do rendimento disponível das famílias, constitui um quadro de grandes desafios para as instituições. O cenário que se delineia apresenta desafios mas também oportunidades para o desenvolvimento da missão mutualista de previdência complementar e de prestação de serviços sociais.
Síntese do Exercício de 2013

O prolongamento dos riscos e incertezas e o agravamento das condições socio-econômicas, têm vindo a reforçar o papel do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) como entidade promotora de modalidades destinadas a prevenir contingências relativas à vida e à saúde dos seus associados e familiares. Dispondo de uma oferta crescente e alargada de modalidades de aforro previdencial e de serviços na área da saúde e equipamentos sociais, o MGAM tem contribuído para o desenvolvimento da economia social e do terceiro setor em Portugal.

No cumprimento das Orientações Estratégicas definidas, destacam-se, como principais factos do desempenho do MGAM em 2013:

- O contínuo crescimento do número de associados, beneficiando do aumento da penetração na base de clientes das empresas do Grupo e da redução da taxa de abandono. Em setembro, a AM contava com 569.856 associados, estimando-se que atinja 581 mil no final do ano, obtendo um crescimento de +8,7% face a 2012;

- Manutenção do reforço da atratividade das modalidades mutualistas com a continuação do lançamento das séries do Montepio Capital Certo em 2013, que têm contribuído para fomentar a vertente da poupança do agregado familiar. Estima-se que, no final do ano, o montante total recebido de receitas associativas atinja 797,2 milhões de euros (+6,7% face a 2012). Adicionalmente, foram reforçados os benefícios complementares da oferta, que têm contribuído para aumentar a atratividade da mesma, assim como para manter o vínculo associativo.

O crescimento da atividade mutualista encontra-se refletido no aumento da dimensão do balanço da AM. O Ativo Líquido deverá atingir 3.836,4 milhões de euros no final de 2013, o que traduzirá um crescimento homólogo de +17,3%.

Relativamente às suas principais componentes, destaca-se:

- O crescimento da Carteira de Títulos, estimado em +40,2% (+377,7 milhões de euros) no final do ano, passando a representar 34,3% do total do Ativo Líquido;

- O aumento da Participação Financeira Institucional na Caixa Económica para 1 500 milhões de euros (+205 milhões de euros), que, não obstante, reduziu a sua expressão no total do ativo, de 39,6% para 39,1%;

- O aumento das Participações Financeiras Diversas em empresas do Grupo, em 15 milhões de euros, que deverão atingir, no final do ano, 176,8 milhões de euros (+9,3%), representando apenas 4,6% do total do ativo (4,9% em 2012);

- O acréscimo da Carteira de Imóveis de Investimento em +1,1%, totalizando 271,3 milhões de euros, em resultado de novos projetos em Residências Assistidas e de obras de beneficiação em imóveis de Rendimento.

Ao nível do Resultado Líquido do Exercício espera-se obter um crescimento de 8,6% face a 2012, um valor estimado de 65,6 milhões de euros. Para esse valor salienta-se o desempenho das seguintes componentes:

- O aumento da Margem da Atividade Associativa, que deverá atingir 9,2% no final do ano, fixando-se em 453,4 milhões de euros, com os Proveitos Inerentes a Associados a evidenciar um crescimento
de 6,7% face a 2012, apesar do acréscimo de 8,4% da Variação de Provisões Técnicas, por via do reforço das reservas matemáticas com a emissão de novas Séries Montepio Capital Certo;

- Os proveitos já obtidos e estimados para o final do ano em Juros, Rendimentos e Encargos Similares, deverão atingir 70,9 milhões de euros e um crescimento de 38,1%, resultantes da Carteira de Títulos e de juros dos Depósitos, bem como das mais-valias, no valor de 10,6 milhões de euros, provenientes da alienação de Obrigações Subordinadas à Caixa Económica para o correspondente aumento do capital institucional;

- O acréscimo dos Outros Resultados, de 12,9% face a 2012, decorrente essencialmente dos rendimentos obtidos com os imóveis de investimento;

- O aumento dos Custos Administrativos, por via, sobretudo, dos Custos com Pessoal, na sequência da recente alteração dos Estatutos da CEMG que determinou a autonomização dos órgãos de gestão entre as duas instituições, em que o MGAM passou a suportar a totalidade dos custos com os seus órgãos.

Programa de Ação e Orçamento para 2014

As Linhas de Orientação Estratégica definidas têm como eixo fundamental a continuação do processo de crescimento dinâmico, diversificado e sustentado do MGAM, projetando os seus valores e concretizando a sua missão e finalidades na supressão de necessidades de previdência complementar e de serviços e equipamentos sociais, como resposta, eficaz e solidária, ao nível da complementaridade dos sistemas públicos de segurança social e de saúde.

Definiram-se os seguintes vetores de atuação para 2014:

1. Prosseguir o Crescimento e a Fidelização da Base Associativa, mantendo o processo de transformação de clientes da CEMG e de outras entidades do Grupo em associados, a partir da implementação do modelo de fidelização dos associados e de um sistema de medição da satisfação, continuando a relevar a ponderação dos objetivos associativos nos indicadores de desempenho das entidades do Grupo;

2. Aprofundar a Notoriedade da Diferenciação da Oferta, tornando as modalidades mais simples, flexíveis, atrativas e inovadoras, que permitam soluções combinadas, maior facilidade de adesão, maior compreensão das características e vantagens da diferenciação e que garantam a eficiência na mutualização dos riscos. Desenvolver campanhas de promoção e divulgação das soluções mutualistas de proteção e poupança. Aumentar o conhecimento proativo sobre as necessidades de previdência complementar e cobertura de riscos versus as respostas existentes para melhor identificar as características de diferenciação positiva do mutualismo;

3. Alargar a Oferta nos domínios da Proteção Social Complementar, Saúde, Bem-Estar e Equipamentos Sociais, prosseguindo a inovação de benefícios complementares para os associados e seus familiares, através de acordos e parcerias, melhorar a rede de cuidados continuados e na área dos equipamentos sociais. Alargar o apoio domiciliário, de cuidados continuados e de proximidade através de serviços prestados por empresas do Grupo e de parcerias com outras entidades. Prosseguir a abertura de residências Montepio e o desenvolvimento das respetivas valências, assim como estudar as possibilidades e condições de atuação na área de equipamentos de apoio à infância (creches e infantiários). Proceder ao desenvolvimento de soluções ao nível da proteção no desempenho, doenças graves e perda de autonomia-dependência;

4. Prosseguir as ações de Dinamização Socio-cultural, ampliando as iniciativas que visem o desenvolvimento cultural, intelectual e físico dos associados e das suas famílias, criando uma rede local ou regional de grupos de associados para dinamização de iniciativas locais ou regionais, que promovam debates, ações de formação, ações de voluntariado, entre outras. Lançar e dinamizar, em colaboração com entidades especializadas, a Academia Montepio, como um centro dedicado à instrução, cultura e lazer e melhorar a atividade do Clube Pelicas;

5. Divulgar e promover o mutualismo e a Cooperação Institucional, aprofundando a política de comunicação e informação no
domínio da literacia financeira e de estímulo
da poupança com o objetivo de precaução e
previdência, assim como fomentar a
cooperação com outras Mutualidades, IPSS
e organizações de economia social com vista
ao reforço da capacidade e influência do
movimento mutualista na sociedade. Criar
espaços diferenciados de comunicação
associativa, nos maiores balcões da CEMG
e criar o Centro de Documentação e Estudos
Mutualistas, estabelecendo ligações a
universidades e a centros de estudos.
Prosseguir com a colaboração nos debates
sobre a revisão do Código das Associações
Mutualistas e demais legislação sobre o
mutualismo e a economia social, tendo em
vista a modernização e desenvolvimento da
atividade mutualista;

6. **Prosseguir as ações de apoio social e
desenvolver a política de Sustentabilidade,**
mantendo a dinâmica de atuação no domínio
da Responsabilidade Social, através da
Fundação Montepio, e aprofundar essa
política no seio do Grupo, numa perspetiva
transversal de sustentabilidade;

7. **Reforçar as Capacidades de Gestão dos
Riscos e o Sistema de Controlo Interno,**
desenvolvendo as aplicações de suporte à
gestão autonominada do balanço, das
carteiras e dos fundos das modalidades,
assim como prosseguir com a melhoria do
processo de gestão do património imobiliário.
Desenvolver, de forma adequada à
dimensão e ao perfil da atividade, o sistema,
processo, políticas e procedimentos de
controlo interno, acompanhando e
controlando os diversos riscos, tendo como
benchmark as melhores práticas existentes
no Grupo;

8. **Concretizar o Reajustamento Organizacional
do Grupo,** concluindo os trabalhos de
reorganização e racionalização do Grupo,
com vista à adoção de um modelo de
organização que permita obter total
alinhamento estratégico, poupanças de
sinergias e de inter-relação e flexibilidade
funcional. Essa reorganização deverá
potenciar maior eficiência, otimização do
capital e dos recursos e proporcionar novas
vias de capitalização e de desenvolvimento
das entidades do Grupo.

---

**Principais Objetivos Estratégicos:**

**Atividade Associativa**

- N.º Total de Associados = 633 500
- (%) Clientes Associados = 46,4%
- Receitas Associativas em Quotas, Capitais,
  Jóias e Outros Proveitados Associativos
  = 869,7 Milhões €
  - Modalidades Previdência = 115,7 Milhões €
  - Modalidades Capitalização = 754,0 Milhões €
- Receitas Associativas por Associado = 1 432 €

**Económico-Financeiros**

- Crescimento do Ativo Líquido = 17,6%
- Indicador de Solvabilidade = 13% (Recursos
  Próprios / Ativo Líquido Médio)
- Resultados Líquidos = 66,1 Milhões €
## ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

### BALANÇO

(milhares de euros)

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2012</th>
<th>2013</th>
<th>2014</th>
<th>Variação (%)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Realizado</td>
<td>Previsto</td>
<td>Orçamento</td>
<td>2013</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ATIVO LÍQUIDO</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Participação Financeira Institucional</td>
<td>1.295.000</td>
<td>1.500.000</td>
<td>1.500.000</td>
<td>15,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Participações Financeiras Diversas</td>
<td>161.831</td>
<td>176.831</td>
<td>176.831</td>
<td>9,3</td>
</tr>
<tr>
<td>Títulos de Crédito</td>
<td>938.425</td>
<td>1.316.103</td>
<td>1.950.752</td>
<td>40,2</td>
</tr>
<tr>
<td>Imóveis de Investimento</td>
<td>268.423</td>
<td>271.311</td>
<td>274.910</td>
<td>1,1</td>
</tr>
<tr>
<td>Disponibilidades</td>
<td>585.642</td>
<td>541.540</td>
<td>574.073</td>
<td>-7,5</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>22.418</td>
<td>30.651</td>
<td>34.126</td>
<td>36,7</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO</strong></td>
<td>3.271.739</td>
<td>3.836.436</td>
<td>4.510.692</td>
<td>17,3</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>PASSIVO</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Provisões para Riscos e Encargos</td>
<td>2.822.990</td>
<td>3.327.640</td>
<td>3.961.526</td>
<td>17,9</td>
</tr>
<tr>
<td>Provisões Matemáticas</td>
<td>2.796.453</td>
<td>3.321.156</td>
<td>3.954.561</td>
<td>18,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Subvenções e Melhorias</td>
<td>2.719.874</td>
<td>3.247.096</td>
<td>3.882.396</td>
<td>19,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Passivos</td>
<td>26.537</td>
<td>6.483</td>
<td>6.965</td>
<td>-75,6</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>CAPITAL PRÓPRIO</strong></td>
<td>448.749</td>
<td>508.797</td>
<td>549.165</td>
<td>13,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundo social</td>
<td>175.923</td>
<td>178.385</td>
<td>187.628</td>
<td>0,3</td>
</tr>
<tr>
<td>Reservas</td>
<td>212.475</td>
<td>266.853</td>
<td>295.399</td>
<td>25,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Exercício</td>
<td>60.351</td>
<td>65.558</td>
<td>66.138</td>
<td>8,6</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</strong></td>
<td>3.271.739</td>
<td>3.836.436</td>
<td>4.510.692</td>
<td>17,3</td>
</tr>
</tbody>
</table>
# ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

<table>
<thead>
<tr>
<th>RUBRICAS</th>
<th>2012</th>
<th>2013</th>
<th>2014</th>
<th>Variação (%)</th>
<th>2013</th>
<th>2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Realizado</td>
<td>Previsto</td>
<td>Orçamento</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1-MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA</td>
<td>415.117</td>
<td>453.414</td>
<td>582.732</td>
<td>9,2</td>
<td>24,1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Proveitos herentes a Associados</td>
<td>747.433</td>
<td>797.220</td>
<td>869.708</td>
<td>6,7</td>
<td>9,1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Custos Inerentes a Associados</td>
<td>-332.316</td>
<td>-343.806</td>
<td>-306.977</td>
<td>3,5</td>
<td>-10,7</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2-VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS</td>
<td>-448.559</td>
<td>-486.127</td>
<td>-607.037</td>
<td>8,4</td>
<td>24,9</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Redução de Reservas Matemáticas</td>
<td>325.585</td>
<td>337.713</td>
<td>305.994</td>
<td>3,7</td>
<td>-9,4</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Aumento de Reservas matemáticas</td>
<td>-774.144</td>
<td>-823.840</td>
<td>-913.031</td>
<td>6,4</td>
<td>10,8</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3-JUROS, RENDIMENTOS E ENCARGOS SIMILARES</td>
<td>51.325</td>
<td>70.868</td>
<td>96.955</td>
<td>38,1</td>
<td>36,8</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4-RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL</td>
<td>18.366</td>
<td>5.829</td>
<td>4.143</td>
<td>-66,3</td>
<td>-28,9</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Resultados transferidos da CEMG</td>
<td>16.584</td>
<td>1.692</td>
<td>0</td>
<td>-89,8</td>
<td>-100,0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outros proveitos</td>
<td>1.782</td>
<td>4.137</td>
<td>4.143</td>
<td>132,2</td>
<td>0,1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5-RESULTADOS DE ATIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR</td>
<td>2.991</td>
<td>2.933</td>
<td>-195</td>
<td>-1,9</td>
<td>-106,6</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ganhos por aumento de justo valor</td>
<td>5.670</td>
<td>4.316</td>
<td>1.350</td>
<td>-23,9</td>
<td>-68,7</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Perdas com redução de justo valor</td>
<td>-2.679</td>
<td>-1.383</td>
<td>-1.545</td>
<td>-48,4</td>
<td>11,7</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>6-RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISP. P/ VENDA</td>
<td>25.287</td>
<td>15.092</td>
<td>5.950</td>
<td>-40,3</td>
<td>-60,6</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ganhos por ativos disponíveis para venda</td>
<td>35.223</td>
<td>15.147</td>
<td>6.000</td>
<td>-57,0</td>
<td>-60,4</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Perdas por ativos detidos para venda</td>
<td>-9.936</td>
<td>-55</td>
<td>-50</td>
<td>-99,4</td>
<td>-9,1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>7-IMPARIDADE LÍQ. DE REVERSAES E PROVISÕES</td>
<td>-8.973</td>
<td>-1.071</td>
<td>-1.223</td>
<td>-88,1</td>
<td>14,2</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>8-GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS</td>
<td>-9.992</td>
<td>-12.476</td>
<td>-12.712</td>
<td>24,9</td>
<td>1,9</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>9-GASTOS DE DEPRECAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</td>
<td>-5.608</td>
<td>-5.910</td>
<td>-6.243</td>
<td>5,4</td>
<td>5,6</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>10-OUTROS RESULTADOS (GANHOS E PERDAS)</td>
<td>20.396</td>
<td>23.005</td>
<td>23.769</td>
<td>12,8</td>
<td>3,3</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>RESULTADO DO EXERCÍCIO (1 + ... + 10)</td>
<td>60.351</td>
<td>65.558</td>
<td>66.138</td>
<td>8,6</td>
<td>0,9</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Exmos Senhores Associados do Montepio Geral

No exercício das competências conferidas pelos estatutos, o Conselho Fiscal apresenta para vossa apreciação e deliberação, o seu parecer sobre o Programa de Ação e o Orçamento para o ano de 2014, do Montepio Geral Associação Mutualista, elaborado pelo Conselho de Administração de harmonia com as Linhas de Orientação Estratégicas para o triénio de 2014 a 2016.

Considerações Gerais

O contexto de dificuldades persistentes e de grande incerteza tem marcado a atividade económica nos últimos anos, em Portugal, e em especial o ano de 2013 e deverá continuar a fazer sentir os seus impactos no próximo ano.

O rendimento disponível das famílias continuará a ser afetado, nomeadamente, o dos funcionários públicos e dos pensionistas, ao que acresce o agravamento adicional da carga fiscal em alguns tipos de impostos, a penalizar também o poder de compra das restantes famílias.

O Programa de Ação visa dar as melhores respostas às necessidades dos associados, neste cenário de incerteza de dificuldades económicas e sociais, no qual se irá desenrolar o ano de 2014, considerando os meios e o orçamento disponíveis.

Síntese do Ano de 2013

No ano de 2013, na atividade mutualista, destaca-se o aumento da captação de novos Associados, crescimento de 8,7% face a 2012. No final de dezembro próximo, a base associativa será de aproximadamente 581.000 associados.

Este aumento da carteira de associados irá permitir no final do ano, que o montante de Ativo Líquido se situe em 3.836,4 milhões de euros, traduzindo um crescimento anual de 17,3%, sendo, ainda, de salientar em 2013:
Reforço do capital institucional na Caixa Económica em 205 milhões de euros, contudo esta rubrica irá reduzir o seu peso no total do Ativo Líquido para 39,1% face a 39,6% no final de 2012;

Aumento da carteira de Títulos de Crédito, para 1.316 milhões de euros, passando a representar 34,3% do total do Ativo Líquido.

O Resultado do exercício irá totalizar 65,6 milhões de euros, traduzindo um crescimento de 8,6% face ao período homólogo de 2012.

Como última nota sobre o ano de 2013, não se pode deixar de relevar as diversas parcerias estabelecidas e a dinamização da vida associativa. Nas primeiras salienta-se a parceria estabelecida com a “RedeMut” e na segunda as diversas atividades: desde workshops, a atividades ao ar livre e visitas de âmbito cultural.

Programa de Ação para 2014

As Linhas de Orientação Estratégica para o triénio 2014 - 2016 assentam nas seguintes prioridades estratégicas:

1. Prosseguir o crescimento e a fidelização da base associativa;
2. Aprofundar a notoriedade da diferenciação da oferta;
3. Alinear a oferta nos domínios da proteção social complementar, saúde, bem-estar e equipamentos sociais;
4. Prosseguir as ações de dinamização sociocultural;
5. Divulgar e promover o mutualismo e a cooperação institucional;
6. Prosseguir as ações de apoio social e desenvolver a política de sustentabilidade;
7. Reforçar as capacidades de gestão dos riscos e o sistema de controlo interno;

O programa de ação para 2014 procura responder eficazmente aos desafios colocados pelo contexto de crise e potenciar as oportunidades por forma a continuarm o crescimento sustentado da base de Associados, a prosseguir a reorganização do Grupo Montepio e a rendibilizar estruturas para continuar a criar valor para o Associado, respeitando elevados padrões éticos e critérios de responsabilidade e sustentabilidade social.

Estas orientações resultam num orçamento que no final de 2014 apresenta em:

- Atividade, um crescimento de 52.500 associados, totalizando 633.500 no final de Dezembro de 2014;
Balanço, um aumento em 17,6% do Ativo Líquido, assente essencialmente na variação em Títulos de Crédito (+48,2%). Esta variação irá implicar uma gestão criteriosa da carteira por forma a garantir a adequação do binómio rendibilidade / risco;

Resultados, um total de 66 milhões de euros, assente no crescimento da atividade, da qual se salientam os crescimentos da Margem da Atividade Associativa e da Variação de Provisões Técnicas em 24,1% e 24,9%, respectivamente.

Face ao contexto económico e financeiro em que decorre o ano de 2013, a Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) não irá gerar resultados, pelo que, em 2014, não existirão resultados transferidos da CEMG. Contudo e face às perspetivas do Conselho de Administração Executivo e aos objetivos inseridos no Funding and Capital Plan enviado ao Banco de Portugal, perspetiva-se que em 2014 a CEMG apresente um valor positivo, voltando a criar valor para o Associado.

Parecer

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Programa de Ação e Orçamento do Montepio Geral – Associação Mutualista, para o ano de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração e emite o seu parecer favorável a que seja aprovado pela Assembleia Geral.

Lisboa, 26 de Novembro de 2013

O CONSELHO FISCAL

Álvaro João Duarte Pinto Correia – Presidente

Gabriel José dos Santos Fernandes – Vocal

Luísa Maria Xavier Machado - Vocal